



EDITAL DE CREDENCIAMENTO DO PROGRAMA LEITE FOME ZERO 2011

O ESTADO DO CEARÁ, através da **SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, por força do Art. 97, da Lei N.º 3.875, de 07 de fevereiro de 2007, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º 07.954.563/0001-68, com sede nesta Capital, neste ato representado pelo titular da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, faz saber que, pelo presente Edital, no período de 06 a 20 de julho de 2011, **estarão abertas as inscrições para credenciamento e contratação de empresas laticinistas de pasteurização de leite do tipo “C” instaladas no Estado do Ceará**, especializada na prestação de serviço de captação, pasteurização, transporte e entrega de leite, com vistas à operacionalização do Programa Leite Fome Zero do Estado do Ceará.

O presente edital está referendado na Lei 10.696, de 02 de Julho de 2003 que instituiu o **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTO – PAA**.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LATICÍNIOS PARA CAPTAÇÃO, PASTEURIZAÇÃO, ENVASAMENTO, TRANSPORTE E ENTREGA DE LEITE BOVINO PASTEURIZADO TIPO “C” PARA O PROGRAMA LEITE FOME ZERO.

1. JUSTIFICATIVA

O Programa Leite Fome Zero tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento das ações de continuidade do Programa de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite do Governo Federal nos Estados, visando o fortalecimento da cadeia produtiva por meio da geração de renda e da garantia de preço do produto, diminuindo a vulnerabilidade social com o combate à fome e à desnutrição com prioridade a crianças de 02 (dois) a 07 (sete) anos de idade, gestantes, nutrízes, idosos e outros que estejam em estado de insegurança alimentar e nutricional através da distribuição gratuita do leite, conforme Resolução nº. 37, de 09 de novembro de 2009, do grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 LOCAL:

As propostas serão entregues na Coordenação do Programa Leite Fome Zero de 06 a 20 de julho de 2011 no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, nas dependências da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, na Coordenadoria de Apoio as Cadeias Produtivas da Pecuária – COAPE, sito à Av. Bezerra de Menezes, 1820, São Gerardo, Fortaleza – CE, mediante preenchimento da ficha de credenciamento constante no Anexo 02 deste Edital.

3. DO CREDENCIAMENTO DOS BENEFICIADORES DO LEITE

3.1 O credenciamento será realizado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário-SDA, mediante solicitação do representante legal da empresa, que deverá apresentar os seguintes documentos:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA;

- a. cópia da ata de nomeação da diretoria ou da Assembleia;
- b. cópia do contrato ou do estatuto, registrado, e com suas alterações, conforme o caso;
- c. comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- d. cópia do documento de identidade RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da empresa, todos autenticados;
- e. comprovante de residência do(s) representante(s) legal(is) da empresa autenticado(s);
- f. declaração do SIE ou SIF, referente ao CNPJ apresentado.

II - HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- a. Certificação de inspeção sanitária municipal, estadual e/ ou federal no âmbito de suas competências;
- b. Certificado de registro expedido pelo órgão responsável ou pelo serviço de inspeção federal do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- c. Declaração do beneficiador interessado emitida por seu responsável legal, com firma reconhecida em cartório, concordando com o atendimento de todo lote pleiteado, afirmando possuir aptidão/capacidade operacional, instalações, pasteurizador rápido, transporte refrigerado e freezers para armazenamento do leite, inclusive nos pontos de distribuição de leite;
- d. Declaração do beneficiador interessado emitida por seu responsável legal, com firma reconhecida em cartório, atestando que a coleta, transporte e armazenamento do leite ocorrerão de acordo com o que rege a legislação em vigor.

III - REGULARIDADE FISCAL

- a. Certidões negativas de débitos(CND) Municipal, Estadual e Federal,
- b. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
- c. Certidão negativa de débito com a Previdência Social(INSS);

IV - OUTROS

- a. Declaração do interessado de que não possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, com firma reconhecida em cartório;
- b. Declaração do interessado de que não viola o art.7º XXXIII, da Constituição Federal da República de 1988, com firma reconhecida em cartório;



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

c. Dados bancários da empresa;

d. Declaração, com firma reconhecida em cartório, de que está de acordo com os preços estabelecidos para o leite no Programa Fome Zero do Estado do Ceará, com todas as demais obrigações estabelecidas, devendo ainda indicar o(s) lote(s) para o(s) qual(is) se candidata baseado-se na relação de lotes e cotas, conforme anexo 05 deste edital;

e. Ficha de inscrição, assinada pelo representante legal da empresa (anexo 02);

f. Relação dos agricultores familiares produtores de leite contendo nome do produtor, endereço, cópia do CPF, cópia do RG, produção média diária, cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP);

g. Declaração de capacidade diária de processamento de leite pasteurizado tipo "C" assinada pelo(s) representante(s) legal(is).

Parágrafo Único: A falta de qualquer requisito descrito nos itens (I, II, III e IV) implicará em indeferimento do credenciamento.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. acompanhar e fiscalizar a execução do Programa, conferindo os quantitativos, a pontualidade e a qualidade do produto, certificando-se do devido acondicionamento e que o transporte do gênero alimentício está sendo realizado nas condições de refrigeração e manuseio adequados;

4.2. informar à **CREDENCIADA**, o nome da pessoa responsável de cada município pelo recebimento do leite nos pontos de distribuição indicados;

4.3. disponibilizar mensalmente a quantidade de leite que deverá ser entregue nos municípios de acordo com a pontuação do sistema Leite Fome Zero;

4.4. acompanhar, periodicamente, as análises físico-químicas e microbiológicas do produto fornecido. Caso haja constatação de que não atende às exigências da legislação em vigor que regulamenta os critérios da qualidade do leite, serão adotadas as medidas pertinentes;

4.5. notificar a **CREDENCIADA** das irregularidades apontadas pela fiscalização, referente aos aspectos qualitativos e quantitativos do produto distribuído, dando-lhe direito ao contraditório e instituindo prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para defesa e/ou regularização da ocorrência;

4.6. penalizar a **CREDENCIADA**, quando esta incorrer em descumprimento de obrigações referentes à qualidade e quantidade do leite tipo C distribuído;

4.7. excluir definitivamente a **CREDENCIADA** do rol de empresas laticinistas aptas ao fornecimento do leite quando detectada a reincidência referente ao descumprimento das obrigações constantes no item anterior (4.6).



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

- 4.8. repassar os recursos destinados ao pagamento dos produtores fornecedores de leite, e ainda, os recursos referentes à contratação dos serviços de captação, pasteurização, envasamento e distribuição do leite às empresas credenciadas ao Programa.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA CONTRATADA

5.1. O interessado, se devidamente credenciado e contratado, deverá administrar de forma integrada e estratégica, planejando e coordenando todas as atividades inerentes ao Programa, otimizando os recursos disponíveis, visando assim a qualidade e a efetiva entrega do leite, encontrando-se adstrito às seguintes determinações:

a. o leite a ser distribuído deverá, obrigatoriamente, ser adquirido de agricultores familiares do Estado do Ceará que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF conforme o capítulo 10, seção 2 do Manual de Crédito Rural, que apresentem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) regulamentada pela Portaria nº 46/05 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que participem das ações promovidas pelo Estado, notadamente as relativas à assistência técnica e realizem a vacinação do rebanho, especialmente contra a febre aftosa. Terá prioridade aqueles cuja produção média diária seja de até 30 litros. Não sendo obtida a cota de leite prevista para o contrato serão cadastrados os produtores cuja produção média diária esteja entre 31 a 60 litros. Por fim, não obtida a cota de leite a ser adquirida serão cadastrados os produtores que tenham média diária entre 61 a 100 litros de leite, podendo produzir até 150 litros/dia, conforme Resolução nº. 37, de 09 de novembro de 2009, do grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos;

b. será obedecido o teto a que se refere ao inciso VI do art. 5º do Decreto 6.959 de 15 de setembro de 2009, em que o limite máximo de aquisição do PAA – Leite será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por agricultor familiar, para cada semestre, considerados os meses de janeiro a junho e de julho a dezembro, limitado a 100 (cem) litros por dia por agricultor familiar;

c. a captação do leite deverá obrigatoriamente atender as normas da legislação em vigor;

d. o leite deverá ser pasteurizado para o tipo “C” padronizado, conforme especificações da legislação em vigor;

e. deverá fornecer quinzenalmente à CONTRATANTE a relação dos agricultores produtores de leite, com as respectivas produções de leite durante a quinzena, devendo este se enquadrar nos critérios estabelecidos na alínea “a” o qual elenca a prestação das seguintes informações: nome do produtor, número do CPF, quantidade de leite fornecido ao Programa e o número da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP);

f. a entrega do leite deverá ser realizada **03 (três) vezes por semana** nos pontos de distribuição dos municípios (conforme Cronograma de Execução estabelecido na alínea “s”), que tenham acima de 50 (cinquenta) beneficiários ativos,



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

obedecendo ao prazo de validade do produto, devidamente expresso na embalagem;

g. o leite deverá ser transportado, descarregado, armazenado e refrigerado apropriadamente, garantindo suas qualidades de acordo com as exigências previstas na legislação em vigor;

h. dotar todos os pontos de distribuição, que tenha **mais de 50** (cinquenta) beneficiários ativos, com equipamentos de refrigeração com capacidade de armazenamento por 3 (três) dias e para cada ponto de distribuição que tenha **até 50** (cinquenta) beneficiários ativos, equipar com isopores com capacidade de armazenamento do leite distribuído no dia, bem como realizar sistematicamente a manutenção desses utensílios, promovendo a substituição destes quando necessário;

i. o leite a ser distribuído deverá ser acondicionado em embalagens plásticas de um litro, tendo impressos a logomarca do Programa, a identificação da indústria, as datas de fabricação e de validade do produto, o número de lote, tudo em conformidade com a Legislação Federal e Estadual em vigor;

j. proceder à imediata substituição das embalagens danificadas durante o trajeto e/ou entrega do produto nos pontos de distribuição;

k. atualizar dados no Sistema Leite Fome Zero, referente ao cadastro dos produtores sempre que a CONTRATANTE solicitar.

l. assegurar o fornecimento da quantidade de leite ora pactuada até o final da vigência do contrato;

m. deverá arcar com todas as obrigações sociais, tributárias, securitárias, trabalhistas e quaisquer outros encargos que incidam sobre os valores do produto fornecido junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas atividades, e, também, apresentar à CONTRATANTE, sempre que esta julgar necessário, as comprovações dessa regularidade;

n. não poderá subcontratar, sub-rogar, ceder ou alienar;

o. não poderá alterar os termos do contrato sem prévia e expressa autorização da contratante;

p. deverá permitir o livre exercício da fiscalização por parte da CONTRATANTE ou de seus prepostos;

q. deverá realizar a entrega do leite de acordo com o número de beneficiários ativos, não podendo ultrapassar esse limite, sob pena de não receber o pagamento do excedente, mesmo que esteja dentro da cota do município;

r. em hipótese alguma, o leite que deixou de ser entregue naquele período, poderá ser compensado em entregas posteriores, sob pena de não receber pagamento pelo mesmo;



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

s. deverá informar à contratante os dias e horários de entrega do leite em cada município beneficiado, através de um Cronograma de Execução a ser entregue no primeiro mês de sua contratação, sendo este diretamente vinculado ao pagamento da primeira quinzena, só podendo o mesmo ser alterado com o consentimento da CONTRATANTE;

t. em caso de algum imprevisto que impossibilite a entrega do leite de acordo com as normas estabelecidas, a contratada deverá informar **imediatamente** o fato à CONTRATANTE e aos municípios.

5.2. Reunida à documentação exigida no item 3 (**DO CREDENCIAMENTO DOS BENEFICIADORES DO LEITE**), deste edital, conforme resolução do Programa do Leite, o processo será remetido a Assessoria Jurídica - ASJUR da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará para análise e parecer da documentação entregue para credenciamento. Após certificado pela auditoria jurídica e técnica, o processo será remetido ao Secretário, autoridade superior do órgão, para ratificação e publicação.

6. DO PAGAMENTO

6.1.A CREDENCIADA deverá apresentar após o primeiro dia útil posterior ao encerramento da primeira e segunda quinzena de cada mês, a solicitação de pagamento, comprovante fiscal do produto fornecido, recibos de entrega do leite nos municípios, certidões negativas de débitos, e relação dos produtores fornecedores de leite no período, cuja produção encontra-se informada no sistema, que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, contendo nome do produtor, número do CPF, produção fornecida diariamente ao Programa na quinzena e número da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Anexo I. Será efetivado o pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação da documentação, desde que a mesma esteja completa.

6.2. O comprovante fiscal apresentado pela credenciada contratada deverá conter o valor de R\$ 1,25 (hum real e vinte cinco centavos) por litro de leite, onde a mesma deverá discriminar o valor pago ao produtor, que receberá R\$ 0,72 (setenta e dois centavos) por litro de leite, e o preço dos serviços de captação, processamento, envasamento e distribuição do leite pago pelo Programa à credenciada que é de R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos).

6.3. O pagamento ao produtor fornecedor de leite para o Programa será efetuado diretamente em conta PRONAF, através do Banco do Brasil. Inicialmente, o mesmo será realizado de forma gradual, começando por aqueles que já estão com suas contas validadas, estabelecendo-se um prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da contratação, para que os demais regularizem as pendências existentes.

6.4. O Pagamento dos serviços prestados pela credenciada contratada de que trata esta resolução estará condicionado, durante a vigência contratual, à atualização das certidões negativas de Débitos - CND's, dentro do prazo de validade dos documentos.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

Parágrafo Primeiro - Outras obrigações complementares serão informadas no instrumento de Contrato a ser celebrado, cuja minuta segue em anexo (Anexo IV).

Parágrafo Segundo - Nas hipóteses de credenciamento não enquadrados no procedimento estabelecido neste Edital serão submetidos às unidades de Auditoria, integrantes do Sistema de Auditoria Interna do Poder Executivo, do órgão ou entidade envolvido para análise e certificação da regularidade do processo administrativo que o acompanha.

7. RECURSOS FINANCEIROS

7.1. Os recursos financeiros serão oriundos do Convênio **005/2009-SESAN**, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, com as seguintes dotações orçamentárias:

21100024.20.602.040.20444.**01**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040, 20444.**02**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**03**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**04**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**05**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**06**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**07**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**08**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**01**.33903200.82.2.00
21100024.20.602.040. 20444.**02**.33903200.82.2.00
21100024.20.602.040. 20444.**03**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**04**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**05**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**06**.33903200.82.2 .00,
21100024.20.602.040. 20444.**07**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**08**.33903200. 82.2.00,

8. DAS PENALIDADES

8.1. A contratante, por força do presente Edital, poderá impor pena contratual à credenciada contratada, caso seja detectada afronta às regras constantes do presente Edital de Credenciamento, bem como das normas de sanidade animal e também da Instrução Normativa N° 51 do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária – MAPA.

8.2. São penalidades passíveis de aplicação pela contratante:

- a advertência;
- b multa pecuniária;
- c rescisão do contrato, nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93.

8.3. A pena de advertência consiste em admoestação escrita, dirigida à empresa contratada, concluindo pela reprovação do ato praticado e reiterando sua proibição.

8.4. A pena de multa consiste na aplicação de valor pecuniário, que poderá chegar ao índice de dez por cento (10%) do valor pago pela contratante à credenciada contratada, referente à fatura do mês em que se verificou a irregularidade, que deverá ser descontado do pagamento da fatura imediatamente posterior à aplicação da penalidade.

8.5. A rescisão do contrato consiste em por fim ao contrato bem como todos os seus efeitos, por culpa exclusiva da credenciada contratada, no caso de aplicações sucessivas de penas de multa, a serem verificadas pela Contratante.

Parágrafo Único: Caso a credenciada contratada tenha seu contrato rescindido, nos termos do item acima, não poderá a mesma participar do Processo de Credenciamento imediatamente posterior.

8.6. A aplicação das penalidades acima especificadas será precedida, obrigatoriamente, de processo administrativo, que será iniciado *de ofício* pela contratante ou mediante pedido de qualquer cidadão interessado.

8.7. Iniciado o processo, que tramitará perante a ASJUR/SDA, esta notificará a empresa interessada, por meio eletrônico, em endereço fornecido pela credenciada contratada, por *fac símile* ou por qualquer outro meio idôneo, dando conhecimento das irregularidades apontadas e facultando a contratada a apresentar defesa escrita no prazo de dez (10) dias.

8.8. Apresentada a defesa, a Contratante analisará todos os argumentos ali articulados, promovendo, caso seja requerido, ampla produção de prova, inclusive testemunhal e, ao final, decidirá, de forma motivada e fundamentada, pela aplicação ou não de qualquer das penalidades previstas, levando em consideração a gravidade da conduta, se a mesma é reincidente e outros elementos pertinentes.

8.9. Sempre que possível, a contratante observará a gradação na aplicação de penalidade, sendo em primeiro lugar aplicável pena de advertência, deixando as demais para casos em que as condutas são reiteradas, havendo também a necessidade de gradação no valor do percentual a ser aplicado a título de multa, pelas seguintes faixas:

- 2% do valor da fatura, para casos da primeira aplicação de multa até a quarta aplicação.
- 5% do valor da fatura, para casos de quinta aplicação de multa até a sétima.
- 10% para todas aplicações posteriores a oitava aplicação.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

Parágrafo Único: a partir da décima aplicação de penalidade pecuniária, a Contratante poderá aplicar a pena prevista no item “c” da cláusula 7.2, qual seja rescisão do contrato, facultando à empresa ampla defesa e contraditório, conforme itens acima.

8.10. Caso a contratante aplique qualquer penalidade, será facultado a credenciada contratada apresentar Recurso de Reconsideração ao Secretário do Desenvolvimento Agrário, que decidirá em última e final instância, não mais cabendo qualquer recurso administrativo.

8.11. Das penalidades especiais:

a) Adicionar, por qualquer meio ou mecanismo, água no leite.

Pena: multa a ser fixada no mesmo percentual do volume de água constatado no laudo, sem prejuízo das multas normalmente impostas.

b) Retirar, por qualquer processo ou mecanismo, gordura além do legalmente permitido.

Pena: multa em percentual equivalente a quantidade de gordura retirada do leite.

c) Adicionar, por qualquer meio, peróxidos ou qualquer outros produtos de conservação do leite tipo C.

Pena: multa adicional de 10% sobre a fatura respectiva, sem prejuízo da pena principal a ser aplicada.

9. DA SELEÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

9.1. A seleção das empresas obedecerá aos seguintes critérios:

a) documentação exigida de acordo com o item 3 deste Edital;

b) relação de produtores, de acordo com o estabelecido no item 5. a, no qual a produção é igual ou superior a quantidade de leite a ser distribuída.

9.2. Caso haja mais de uma proposta por lote, a escolha se dará pelos seguintes critérios:

a) terão preferência as Cooperativas da Agricultura Familiar que apresentarem DAP Jurídica e que tenham SIE ou SIF referente ao CNPJ apresentado, e ainda que apresentem logística e condições de atendimento;

b) terão preferência de contratação as microempresas e empresas de pequeno porte, de conformidade com o art. 44 da Lei Complementar 123/06, e ainda que apresentem logística e condições de atendimento, terão preferência de contratação, as empresas brasileiras de capital nacional, de conformidade com o art. 3º da Lei nº 8666/93;



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

- c) terão preferência nos lotes, as empresas com endereço na área de abrangência dos mesmos;
- d) terão preferência as empresas que apresentar maior número de produtores com produção média de 30 litros/dia após análise técnica;
- e) na hipótese de, esgotados todos os critérios acima elencados, persistir o empate, proceder-se-á em sorteio, a ser marcado pela equipe técnica e Assessoria Jurídica da SDA, que deverá convidar as empresas interessadas.

O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará e divulgado na Coordenação do Programa Leite Fome Zero no site: www.sda.ce.gov.br.

Os resultados não serão divulgados por telefone ou e-mail, ou qualquer outro meio de comunicação que não esteja expressamente determinado no presente Edital.

Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Assessoria Jurídica da SDA e equipe técnica da Coordenação Estadual do Programa Leite Fome Zero.

Compõem este Edital os Anexos:

ANEXO 01 – TERMO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO 02 – FICHA DE INSCRIÇÃO;

ANEXO 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MENOR;

ANEXO 04 – MINUTA DO CONTRATO;

- 1) Modelo de relação dos produtores;
- 2) Requerimento de solicitação de pagamento;
- 3) Recibo de entrega.

ANEXO 05 – RELAÇÃO DOS LOTES.

Fortaleza (CE), de 2011.

José Nelson Martins de Sousa

Secretário do Desenvolvimento Agrário



ANEXO 01 - TERMO DE CREDENCIAMENTO

1. OBJETO

Processo de credenciamento das empresas de laticínios, especializadas na prestação de serviços de captação, pasteurização, envasamento, transporte e entrega de leite, com vistas à operacionalização do Programa de Leite Fome Zero, do Estado do Ceará.

2. JUSTIFICATIVA

O Programa Leite Fome Zero tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento das ações de continuidade do Programa de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite do Governo Federal nos Estados, visando o fortalecimento da cadeia produtiva por meio da geração de renda e da garantia de preço do produto, diminuindo a vulnerabilidade social com o combate à fome e à desnutrição com prioridade a crianças de 02 (dois) a 07 (sete) anos de idade, gestantes, nutrízes, idosos e outros que estejam em estado de insegurança alimentar e nutricional através da distribuição gratuita do leite, conforme Resolução nº. 37, de 09 de novembro de 2009, do grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 3.1. acompanhar e fiscalizar a execução do Programa, conferindo os quantitativos, a pontualidade e a qualidade do produto, certificando-se do devido acondicionamento e que o transporte do gênero alimentício está sendo realizado nas condições de refrigeração e manuseio condizentes;
- 3.2. informar a **CREDENCIADA** contratada, o responsável de cada município pelo recebimento do leite nos pontos de distribuição indicados;
- 3.3. disponibilizar mensalmente a quantidade de leite que deverá ser entregue nos municípios, de acordo com a pontuação do Sistema Leite Fome Zero;
- 3.4. realizar, periodicamente, as análises físico-químicas e microbiológicas do produto fornecido. Caso haja constatação de que não atende às exigências da legislação em vigor, que regulamenta os critérios da qualidade do leite, deverão ser adotadas as medidas pertinentes;
- 3.5. notificar a **CREDENCIADA** contratada das irregularidades apontadas pela fiscalização, referente aos aspectos qualitativos e quantitativos do produto distribuído, dando-lhe direito ao contraditório e instituindo prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para defesa e/ou regularização da ocorrência;
- 3.6. penalizar a **CREDENCIADA**, quando esta incorrer em descumprimento de obrigações referentes à qualidade e quantidade do leite tipo C distribuído;
- 3.7. excluir definitivamente a **CREDENCIADA** do rol de empresas laticinistas aptas ao fornecimento do leite quando detectada a reincidência referente ao descumprimento das obrigações constantes no item anterior (3.6).



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

- 3.8. Repassar os recursos destinados ao pagamento dos produtores fornecedores de leite, e ainda, os recursos referentes à contratação dos serviços de captação, pasteurização, envasamento e distribuição do leite às empresas credenciadas ao Programa.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA CONTRATADA

O interessado, se devidamente credenciado e contratado, deverá administrar de forma integrada e estratégica, planejando e coordenando todas as atividades inerentes ao Programa, otimizando os recursos disponíveis, visando assim a qualidade e a efetiva entrega do leite, encontrando-se adstrito às seguintes determinações:

4.1. o leite a ser distribuído deverá obrigatoriamente ser adquirido de agricultores familiares do Estado do Ceará que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF conforme o capítulo 10, seção 2 do Manual de Crédito Rural, que apresentem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) regulamentada pela Portaria nº. 46/2005 do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, desde que efetivamente participem das ações promovidas pelo estado conveniente, notadamente as relativas à assistência técnica e realizem a vacinação do rebanho, especialmente contra a febre aftosa. Terá prioridade aqueles cuja produção média diária seja de até 30 litros. Caso não seja obtida a cota diária de leite prevista para satisfazê-lo o abastecimento da comunidade local, serão cadastrados os produtores cuja produção média diária esteja entre 31 a 60 litros. Por fim, não obtida à cota de leite a ser adquirida serão cadastrados os produtores que tenham média diária entre 61 a 100 litros de leite, podendo produzir até 150 litros/dia, conforme Resolução nº. 37, de 09 de novembro de 2009, do grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos;

4.2. será obedecido o teto a que se refere ao inciso VI do art. 5º do Decreto 6.959 de 15 de setembro de 2009, em que o limite máximo de aquisição do PAA – Leite será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por agricultor familiar, para cada semestre, considerados os meses de janeiro a junho e de julho a dezembro, limitado a 100 (cem) litros por dia por agricultor familiar;

4.3. a captação do leite deverá obrigatoriamente atender as normas da legislação em vigor;

4.4. o leite deverá ser pasteurizado para o tipo “C” padronizado, conforme especificações da legislação em vigor;

4.5. deverá fornecer quinzenalmente à CONTRATANTE a relação dos agricultores produtores de leite, com as respectivas produções de leite durante a quinzena, devendo este se enquadrar nos critérios estabelecidos no item 4.1 o qual elenca a prestação das seguintes informações: nome do produtor, número do CPF, quantidade de leite fornecido ao Programa e o número da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP);

4.6. a entrega do leite deverá ser realizada **03 (três) vezes por semana** nos pontos de distribuição dos municípios (conforme Cronograma de Execução



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

estabelecido no item 4.19), que tenham acima de 50 (cinquenta) beneficiários ativos, obedecendo ao prazo de validade do produto, devidamente expresso na embalagem;

4.7. o leite deverá ser transportado, descarregado, armazenado e refrigerado apropriadamente, garantindo suas qualidades de acordo com as exigências previstas na legislação em vigor;

4.8. dotar todos os pontos de distribuição, que tenha **mais de 50** (cinquenta) beneficiários ativos, com equipamentos de refrigeração com capacidade de armazenamento por 3 (três) dias e para cada ponto de distribuição que tenha **até 50** (cinquenta) beneficiários ativos, equipar com isopores com capacidade de armazenamento do leite distribuído no dia, bem como realizar sistematicamente a manutenção desses utensílios, promovendo a substituição destes quando necessário;

4.9. o leite a ser distribuído deverá ser acondicionado em embalagens plásticas de um litro, tendo impressos a logomarca do Programa, a identificação da indústria, as datas de fabricação e de validade do produto, o número de lote, tudo em conformidade com a Legislação Federal e Estadual em vigor;

4.10. proceder à imediata substituição das embalagens danificadas durante o trajeto e/ou entrega do produto nos pontos de distribuição;

4.11. atualizar dados no Sistema Leite Fome Zero, referente ao cadastro dos produtores sempre que a CONTRATANTE solicitar;

4.12. assegurar o fornecimento da quantidade de leite ora pactuada até o final da vigência do contrato;

4.13. deverá arcar com todas as obrigações sociais, tributárias, securitárias, trabalhistas e quaisquer outros encargos que incidam sobre os valores do produto fornecido junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas atividades, e, também, apresentar à CONTRATANTE, sempre que esta julgar necessário, as comprovações dessa regularidade;

4.14. não poderá subcontratar, sub-rogar, ceder ou alienar;

4.15. não poderá alterar os termos do contrato sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

4.16. permitir o livre exercício da fiscalização por parte da CONTRATANTE ou de seus prepostos;

4.17. deverá realizar a entrega do leite de acordo com o número de beneficiários ativos, não podendo ultrapassar esse limite, sob pena de não receber o pagamento do excedente, mesmo que esteja dentro da cota do município;

4.18. em hipótese alguma, o leite que deixou de ser entregue naquele período, poderá ser compensado em entregas posteriores, sob pena de não receber pagamento pelo mesmo;



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

4.19. deverá informar à contratante os dias e horários de entrega do leite em cada município beneficiado, através de um Cronograma de Execução a ser entregue no primeiro mês de sua contratação, sendo este diretamente vinculado ao pagamento da primeira quinzena, só podendo o mesmo ser alterado com o consentimento da CONTRATANTE;

4.20. em caso de algum imprevisto que impossibilite a entrega do leite de acordo com as normas estabelecidas, a contratada deverá informar **imediatamente** o fato à contratante e aos municípios.

5. LOCAL DE ENTREGA

O leite deverá ser entregue 03 (três) vezes por semana nos pontos de distribuições dos municípios de acordo com relação disponibilizada no Sistema Leite Fome Zero e dos lotes, determinados pelo resultado do credenciamento.

6. DA ESTIMATIVA DE PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Fontes de Recursos

Os recursos financeiros serão oriundos do **Convênio 005/2009-SESAN**, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS e o Estado do Ceará, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, com as seguintes dotações orçamentárias:

21100024.20.602.040.20444.**01**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040, 20444.**02**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**03**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**04**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**05**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**06**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**07**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**08**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**01**.33903200.82.2.00
21100024.20.602.040. 20444.**02**.33903200.82.2.00
21100024.20.602.040. 20444.**03**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**04**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**05**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**06**.33903200.82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**07**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**08**.33903200. 82.2.00,

6.2. Do valor do litro de leite



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

6.2.1 O preço dos serviços de captação, processamento, envasamento e distribuição do leite pago pelo Programa ao Laticínio é R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos), cabendo ao produtor receber o valor de R\$ 0,72 (setenta e dois centavos), totalizando R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) por litro de leite.

6.3. Da forma de pagamento

A CONTRATADA deverá apresentar após o primeiro dia útil posterior ao encerramento da primeira e segunda quinzena de cada mês, a solicitação de pagamento, comprovante fiscal do produto fornecido, recibos de entrega do leite nos municípios, certidões negativas de débitos, e relação dos produtores fornecedores de leite no período, cuja produção encontra-se informada no sistema, que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, contendo nome do produtor, número do CPF, produção fornecida diariamente ao Programa na quinzena e número da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Anexo I. Será efetivado o pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação da documentação, desde que a mesma esteja completa.

7. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

7.1. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário fará o recolhimento de amostras de leite o qual será feito sem aviso prévio, pelos técnicos da entidade responsável pelas análises;

7.2. O laticínio deverá permitir o livre exercício da fiscalização por parte da **CONTRATANTE** ou de seus prepostos;

7.3. Serão realizadas vistorias e acompanhamento da execução, fornecimento e lisura das ações do programa, pelo o Governo Estadual e Federal.

8. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário poderá aplicar punições à empresa contratada, nas hipóteses de não cumprimento de quaisquer cláusulas, especificações ou prazos das obrigações contratuais, a seguir relacionadas:

- a) atraso injustificado no cumprimento do objeto deste Instrumento;
- b) paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE** de pelo menos 30 (trinta) dias à **CONTRATANTE**;
- c) decretação ou instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
- d) alteração social e/ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do programa;
- e) paralisação da execução do contrato, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, quando a configurada a causa impeditiva da execução do mesmo dentro dos moldes referidos na presente



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

alínea, desde que seja imediatamente comunicada a CONTRATANTE o motivo ensejador da paralisação da execução do contrato;

- f) não atendimento das determinações dos técnicos da CONTRATANTE, nas atividades de acompanhamento, supervisão e avaliação dos serviços objeto do presente contrato;
- g) inobservância ou descumprimento das regras, legislação, regulamentação, disposições conexas pertinentes, bem como das normas ou instruções oriundas do Grupo Gestor do Programa Leite Fome Zero – e também, de eventuais alterações que venham a ser introduzidas neste programa e as instruções supervenientes.

9. DAS PENALIDADES

9.1. A contratante, por força do presente Termo de Credenciamento, poderá impor pena contratual à credenciada contratada, caso seja detectada afronta às regras constantes do presente contrato e do Edital de Credenciamento, bem como das normas de sanidade animal e também da Instrução Normativa N° 51 do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária – MAPA.

9.2. São penalidades passíveis de aplicação pela contratante:

- a) advertência;
- b) multa pecuniária;
- c) rescisão do contrato, nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.3. A pena de advertência consiste em admoestação escrita, dirigida à empresa contratada, concluindo pela reprovação do ato praticado e reiterando sua proibição.

9.4. A pena de multa consiste na aplicação de valor pecuniário, que poderá chegar ao índice de dez por cento (10%) do valor pago pela contratante à credenciada contratada, referente à fatura do mês em que se verificou a irregularidade, que deverá ser descontado do pagamento da fatura imediatamente posterior à aplicação da penalidade.

9.5. A rescisão do contrato consiste em por fim ao contrato bem como todos os seus efeitos, por culpa exclusiva da credenciada contratada, no caso a aplicação sucessivas de penas de multa, a serem verificadas pela Contratante.

Parágrafo Único: Caso a credenciada contratada tenha seu contrato rescindido, nos termos do item acima, não poderá a mesma participar do Processo de Credenciamento imediatamente posterior.

9.6. A aplicação das penalidades acima especificadas, será precedida, obrigatoriamente, de processo administrativo, que será iniciado *de ofício* pela contratante ou mediante pedido de qualquer cidadão interessado.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

9.7. Iniciado o processo, que tramitará perante a ASJUR/SDA, esta notificará a empresa interessada, por meio eletrônico, em endereço fornecido pela credenciada contratada, por *fac símile* ou por qualquer outro meio idôneo, dando conhecimento das irregularidades apontadas e facultando a contratada a apresentar defesa escrita no prazo de dez (10) dias.

9.8. Apresentada a defesa, a Contratante analisará todos os argumentos ali articulados, promovendo, caso seja requerido, ampla produção de prova, inclusive testemunhal e, ao final, decidirá, de forma motivada e fundamentada, pela aplicação ou não de qualquer das penalidades previstas, levando em consideração a gravidade da conduta, se a mesma é reincidente e outros elementos pertinentes.

9.9. Sempre que possível, a contratante observará a gradação na aplicação de penalidade, sendo em primeiro lugar aplicável pena de advertência, deixando as demais para casos em que as condutas são reiteradas, havendo também a necessidade de gradação no valor do percentual a ser aplicado a título de multa, pelas seguintes faixas:

- 2% do valor da fatura, para casos da primeira aplicação de multa até a quarta aplicação.
- 5% do valor da fatura, para casos de quinta aplicação de multa até a sétima.
- 10% para todas aplicações posteriores a oitava aplicação.

Parágrafo Único: a partir da décima aplicação de penalidade pecuniária, a Contratante poderá aplicar a pena prevista no item “c” da cláusula 7.2, qual seja rescisão do contrato, facultando à empresa ampla defesa e contraditório, conforme itens acima.

9.10. Caso a contratante aplique qualquer penalidade, será facultado a credenciada contratada apresentar Recurso de Reconsideração ao Secretário do Desenvolvimento Agrário, que decidirá em última e final instância, não mais cabendo qualquer recurso administrativo.

9.11. Das penalidades especiais:

a) Adicionar, por qualquer meio ou mecanismo, água no leite.

Pena: multa a ser fixada no mesmo percentual do volume de água constatado no laudo, sem prejuízo das multas normalmente impostas.

b) Retirar, por qualquer processo ou mecanismo, gordura além do legalmente permitido.

Pena: multa em percentual equivalente a quantidade de gordura retirada do leite.

c) Adicionar, por qualquer meio, peróxidos ou qualquer outros produtos de conservação do leite tipo C.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

Pena: multa adicional de 10% sobre a fatura respectiva, sem prejuízo da pena principal a ser aplicada.

10. DA EXECUÇÃO/GESTÃO

A execução deste Edital será acompanhada e fiscalizada pela **COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA PECUÁRIA - COAPE** desta **SDA**, através do servidor **MÁRCIO JOSÉ ALVES PEIXOTO**, matrícula nº. 407848-1-6, desde já, designado para este fim pela Administração, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei nº. 8.666/93, doravante denominado simplesmente de **EXECUTOR** ou **GESTOR** deste Contrato.

Francisco Cristiano Maciel de Góes

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Márcio José Alves Peixoto

COORDENADOR DE APOIO AS CADEIAS PRODUTIVAS DA PECUÁRIA



(Handwriting practice lines)



R.G.: ____ / ____ / ____ / ____ / ____ / ____ / ____ / ____ / ____ / ____ / ____ / ____

Fortaleza (Ce), de Maio de 2010



ANEXO 03

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO
QUADRO DA EMPRESA**

EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA

Ref.: (identificação da licitação)

A empresa, inscrita no
CNPJ nº., por intermédio de seu representante legal, o(a)
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de
Identidade nº. e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, publicada
no DOU de 28/10/1999, e ao Inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal, que
não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e
não emprega menor de dezesseis anos em trabalho algum.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

(representante legal)



ANEXO 04

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2011/SDA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA, E A EMPRESA XXXXXXXX, PARA O FIM NELE INDICADO.

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio de sua **SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA**, com endereço no Edifício sede da SDA, Av. Bezerra de Menezes, 1820 – São Gerardo, Fortaleza, Ceará, CEP: 60.325-901, inscrita no CNPJ nº 07954563000168, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Titular, _____, e a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, CGF sob nº _____, aqui denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, _____, RG nº _____, CPF nº _____, RESOLVEM celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamenta-se este Contrato no Processo de Credenciamento, conforme processo administrativo SPU nº xxxxxxxxxxxxxx, também fundamentado na Lei nº. 10.696 de 02 de julho de 2003 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto nº. 27.922, de 20 de setembro de 2005, além das demais disposições legais aplicáveis, bem como pelas condições constantes do Edital xxx/2009, **devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 – Constitui objeto deste Instrumento, **a contratação de laticínios para captação, pasteurização, envasamento, transporte e entrega de leite bovino pasteurizado tipo “c” para o Programa Leite Fome Zero.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. DA CONTRATANTE:

3.1.1. acompanhar e fiscalizar a execução do Programa, conferindo os quantitativos, a pontualidade e a qualidade do produto, certificando-se do devido acondicionamento e que o transporte do gênero alimentício está sendo realizado nas condições de refrigeração e manuseio adequados;

3.1.2. informar à **CONTRATADA**, o nome da pessoa responsável de cada município pelo recebimento do leite nos pontos de distribuição indicados;



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

3.1.3. disponibilizar mensalmente a quantidade de leite que deverá ser entregue nos municípios de acordo com a pontuação do sistema Leite Fome Zero;

3.1.4. acompanhar, periodicamente, as análises físico-químicas e microbiológicas do produto fornecido. Caso haja constatação de que não atende às exigências da legislação em vigor que regulamenta os critérios da qualidade do leite, serão adotadas as medidas pertinentes;

3.1.5. notificar a **CONTRATADA** das irregularidades apontadas pela fiscalização, referente aos aspectos qualitativos e quantitativos do produto distribuído, dando-lhe direito ao contraditório e instituindo prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para defesa e/ou regularização da ocorrência;

3.1.6. penalizar a **CONTRATADA**, quando esta incorrer em descumprimento de obrigações referentes à qualidade e quantidade do leite tipo C distribuído;

3.1.7. excluir definitivamente a **CONTRATADA** do rol de empresas laticinistas aptas ao fornecimento do leite quando detectada a reincidência referente ao descumprimento das obrigações constantes no item anterior (3.1.6).

3.1.8. repassar os recursos destinados ao pagamento dos produtores fornecedores de leite, e ainda, os recursos referentes à contratação dos serviços de captação, pasteurização, envasamento e distribuição do leite às empresas credenciadas ao Programa.

3.2. DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deverá administrar de forma integrada e estratégica, planejando e coordenando todas as atividades inerentes ao Programa, otimizando os recursos disponíveis, visando assim a qualidade e a efetiva entrega do leite, encontrando-se adstrito às seguintes determinações:

3.2.1. o leite a ser distribuído deverá, obrigatoriamente, ser adquirido de agricultores familiares do Estado do Ceará que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF conforme o capítulo 10, seção 2 do Manual de Crédito Rural, que apresentem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) regulamentada pela Portaria nº 46/05 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que participem das ações promovidas pelo Estado, notadamente as relativas à assistência técnica e realizem a vacinação do rebanho, especialmente contra a febre aftosa. Terá prioridade aqueles cuja produção média diária seja de até 30 litros. Não sendo obtida a cota de leite prevista para o contrato serão cadastrados os produtores cuja produção média diária esteja entre 31 a 60 litros. Por fim, não obtida a cota de leite a ser adquirida serão cadastrados os produtores que tenham média diária entre 61 a 100 litros de leite, podendo produzir até 150 litros/dia, conforme Resolução nº. 37, de 09 de novembro de 2009, do grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos;

3.2.2. será obedecido o teto a que se refere ao inciso VI do art. 5º do Decreto 6.959 de 15 de setembro de 2009, em que o limite máximo de aquisição do PAA – Leite será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por agricultor familiar, para cada



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

semestre, considerados os meses de janeiro a junho e de julho a dezembro, limitado a 100 (cem) litros por dia por agricultor familiar;

3.2.3. a captação do leite deverá obrigatoriamente atender as normas da legislação em vigor;

3.2.4. o leite deverá ser pasteurizado para o tipo “C” padronizado, conforme especificações da legislação em vigor;

3.2.5. deverá fornecer quinzenalmente à CONTRATANTE a relação dos agricultores produtores de leite, com as respectivas produções de leite durante a quinzena, devendo este se enquadrar nos critérios estabelecidos no item 3.2.1 o qual elenca a prestação das seguintes informações: nome do produtor, número do CPF, quantidade de leite fornecido ao Programa e o número da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP);

3.2.6. a entrega do leite deverá ser realizada **03 (três) vezes por semana** nos pontos de distribuição dos municípios (conforme Cronograma de Execução estabelecido no item 3.2.19), que tenham acima de 50 (cinquenta) beneficiários ativos, obedecendo ao prazo de validade do produto, devidamente expresso na embalagem;

3.2.7. o leite deverá ser transportado, descarregado, armazenado e refrigerado apropriadamente, garantindo suas qualidades de acordo com as exigências previstas na legislação em vigor;

3.2.8. dotar todos os pontos de distribuição, que tenha **mais de 50** (cinquenta) beneficiários ativos, com equipamentos de refrigeração com capacidade de armazenamento por 3 (três) dias e para cada ponto de distribuição que tenha **até 50** (cinquenta) beneficiários ativos, equipar com isopores com capacidade de armazenamento do leite distribuído no dia, bem como realizar sistematicamente a manutenção desses utensílios, promovendo a substituição destes quando necessário;

3.2.9. o leite a ser distribuído deverá ser acondicionado em embalagens plásticas de um litro, tendo impressos a logomarca do Programa, a identificação da indústria, as datas de fabricação e de validade do produto, o número de lote, tudo em conformidade com a Legislação Federal e Estadual em vigor;

3.2.10. proceder à imediata substituição das embalagens danificadas durante o trajeto e/ou entrega do produto nos pontos de distribuição;

3.2.11. atualizar dados no Sistema Leite Fome Zero, referente ao cadastro dos produtores sempre que a CONTRATANTE solicitar.

3.2.12. assegurar o fornecimento da quantidade de leite ora pactuada até o final da vigência do contrato;

3.2.13. deverá arcar com todas as obrigações sociais, tributárias, securitárias, trabalhistas e quaisquer outros encargos que incidam sobre os valores do produto



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

fornecido junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas atividades, e, também, apresentar à CONTRATANTE, sempre que esta julgar necessário, as comprovações dessa regularidade;

3.2.14. não poderá subcontratar, sub-rogar, ceder ou alienar;

3.2.15. não poderá alterar os termos do contrato sem prévia e expressa autorização da contratante;

3.2.16. deverá permitir o livre exercício da fiscalização por parte da CONTRATANTE ou de seus prepostos;

3.2.17. deverá realizar a entrega do leite de acordo com o número de beneficiários ativos, não podendo ultrapassar esse limite, sob pena de não receber o pagamento do excedente, mesmo que esteja dentro da cota do município;

3.2.18. em hipótese alguma, o leite que deixou de ser entregue naquele período, poderá ser compensado em entregas posteriores, sob pena de não receber pagamento pelo mesmo;

3.2.19. deverá informar à contratante os dias e horários de entrega do leite em cada município beneficiado, através de um Cronograma de Execução a ser entregue no primeiro mês de sua contratação, sendo este diretamente vinculado ao pagamento da primeira quinzena, só podendo o mesmo ser alterado com o consentimento da CONTRATANTE;

3.2.20. em caso de algum imprevisto que impossibilite a entrega do leite de acordo com as normas estabelecidas, a contratada deverá informar **imediatamente** o fato à CONTRATANTE e aos municípios.

PARAGRAFO ÚNICO: O leite deverá ser entregue com rigorosa observância dos procedimentos operacionais quanto à produção, armazenamento, beneficiamento e transporte contidos na Instrução Normativa N° 51 de 18 de setembro de 2002 do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária – MAPA.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO, DA ENTREGA E DO LOCAL

4.1. O prazo de vigência do presente Contrato será até 29 fevereiro de 2012.

4.2. Promover a entrega do leite de acordo com os moldes dispostos no Edital de Credenciamento 3 (três) vezes por semana nos pontos de distribuição nos Municípios, de acordo com o resultado do credenciamento;

4.3. Os atrasos ocasionados por motivo de caso fortuito ou força maior, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como hipóteses de inadimplemento contratual.



CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATADA deverá apresentar após o primeiro dia útil posterior ao encerramento da primeira e segunda quinzena de cada mês, a solicitação de pagamento, comprovante fiscal do produto fornecido, recibos de entrega do leite nos municípios, certidões negativas de débitos, e relação dos produtores fornecedores de leite no período, cuja produção encontra-se informada no sistema, que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, contendo nome do produtor, número do CPF, produção fornecida diariamente ao Programa na quinzena e número da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Anexo I. Será efetivado o pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação da documentação, desde que a mesma esteja completa.

- a) Requerimento de solicitação de pagamento, conforme o modelo constante no Anexo II;
- b) Nota fiscal contendo a descrição do quantitativo do produto, preço unitário do litro, acompanhada das segundas vias dos recibos de entrega padrão, devidamente assinados pelos coordenadores locais nos respectivos municípios, formulário este constante no Anexo III;
- c) Certidões negativas de débitos perante o INSS, FGTS, dívida ativa da União, Estado e Municípios, de tributos federais, estaduais e municipais, dentro do prazo de validade;
- d) CENFOP – Certificado Eletrônico de Nota Fiscal para Órgão Público;
- e) Autorização de pagamento dos produtores fornecedores correspondentes ao período.

Parágrafo Único – O comprovante fiscal apresentado pela contratada deverá conter o valor de R\$ 1,25 (hum real e vinte cinco centavos) por litro de leite, onde a mesma deverá discriminar o valor pago ao produtor que receberá R\$ 0,72 (setenta e dois centavos) por litro de leite e o preço dos serviços de captação, processamento, envasamento e distribuição do leite pago pelo Programa à credenciada que é de R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos).

O pagamento ao produtor fornecedor de leite para o Programa será efetuado diretamente em conta PRONAF, através do Banco do Brasil. Inicialmente, o mesmo será realizado de forma gradual, começando por aqueles que já estão com suas contas validadas, estabelecendo-se um prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da contratação, para que os demais regularizem as pendências existentes.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECURSO FINANCEIRO

6.1. Os recursos financeiros serão oriundos do **Convênio nº. 005/2009**, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS e o Estado do Ceará, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, com as seguintes dotações orçamentárias:



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

21100024.20.602.040.20444.**01**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040, 20444.**02**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**03**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**04**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**05**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**06**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**07**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**08**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040. 20444.**01**.33903200.82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**02**.33903200.82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**03**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**04**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**05**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**06**.33903200.82.2 .00,
21100024.20.602.040. 20444.**07**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040. 20444.**08**.33903200. 82.2.00,

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

7.1. A contratante, por força do presente contrato, poderá impor pena contratual à contratada, caso seja detectada afronta às regras constantes do presente contrato e do Edital de Credenciamento, bem como das normas de sanidade animal e também da Instrução Normativa N° 51 do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária – MAPA.

7.2. São penalidades passíveis de aplicação pela contratante:

- a) advertência;
- b) multa pecuniária;
- c) rescisão do contrato, nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3. A pena de advertência consiste em admoestação escrita, dirigida à empresa contratada, concluindo pela reprovação do ato praticado e reiterando sua proibição.

7.4. A pena de multa consiste na aplicação de valor pecuniário, que poderá chegar ao índice de dez por cento (10%) do valor pago pela contratante à contratada, referente à fatura do mês em que se verificou a irregularidade, que deverá ser descontado do pagamento da fatura imediatamente posterior à aplicação da penalidade.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

7.5. A rescisão do contrato consiste em por fim ao contrato bem como todos os seus efeitos, por culpa exclusiva da contratada, no caso a aplicação sucessivas de penas de multa, a serem verificadas pela Contratante.

Parágrafo Único: Caso a empresa contratada tenha seu contrato rescindido, nos termos do item acima, não poderá a mesma participar do Processo de Credenciamento imediatamente posterior.

7.6. A aplicação das penalidades acima especificadas, será precedida, obrigatoriamente, de processo administrativo, que será iniciado *de ofício* pela contratante ou mediante pedido de qualquer cidadão interessado.

7.7. Iniciado o processo, que tramitará perante a ASJUR/SDA, esta notificará a empresa interessada, por meio eletrônico, em endereço fornecido pela contratada, por *fac símile* ou por qualquer outro meio idôneo, dando conhecimento das irregularidades apontadas e facultando a contratada a apresentar defesa escrita no prazo de dez (10) dias.

7.8. Apresentada a defesa, a Contratante analisará todos os argumentos ali articulados, promovendo, caso seja requerido, ampla produção de prova, inclusive testemunhal e, ao final, decidirá, de forma motivada e fundamentada, pela aplicação ou não de qualquer das penalidades previstas, levando em consideração a gravidade da conduta, se a mesma é reincidente e outros elementos pertinentes.

7.9. Sempre que possível, a contratante observará a gradação na aplicação de penalidade, sendo em primeiro lugar aplicável pena de advertência, deixando as demais para casos em que as condutas são reiteradas, havendo também a necessidade de gradação no valor do percentual a ser aplicado a título de multa, pelas seguintes faixas:

- 2% do valor da fatura, para casos da primeira aplicação de multa até a quarta aplicação;
- 5% do valor da fatura, para casos de quinta aplicação de multa até a sétima;
- 10% para todas aplicações posteriores a oitava aplicação.

Parágrafo Único: a partir da décima aplicação de penalidade pecuniária, a Contratante poderá aplicar a pena prevista no item “c” da cláusula 7.2, qual seja rescisão do contrato, facultando à empresa ampla defesa e contraditório, conforme itens acima.

7.10. Caso a contratante aplique qualquer penalidade, será facultado a contratada apresentar Recurso de Reconsideração ao Secretário do Desenvolvimento Agrário, que decidirá em última e final instância, não mais cabendo qualquer recurso administrativo.

7.11. Das penalidades especiais:

- a) Adicionar, por qualquer meio ou mecanismo, água no leite.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

Pena: multa a ser fixada no mesmo percentual do volume de água constatado no laudo, sem prejuízo das multas normalmente impostas.

- b) Retirar, por qualquer processo ou mecanismo, gordura além do legalmente permitido.

Pena: multa em percentual equivalente a quantidade de gordura retirada do leite.

- c) Adicionar, por qualquer meio, peróxidos ou qualquer outros produtos de conservação do leite tipo C.

Pena: multa adicional de 10% sobre a fatura respectiva, sem prejuízo da pena principal a ser aplicada.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 01 de agosto de 2011 a 29 de fevereiro de 2012.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. O presente Contrato será rescindido em caso de inadimplemento pela CONTRATADA, das obrigações pactuadas entre as partes contratantes, independentemente de qualquer imposição de ônus ou encargos estatuídos a CONTRATANTE, conforme preveem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como suas posteriores alterações.

9.2. A CONTRATANTE incumbe aplicar as penalidades cabíveis, quando detectada qualquer uma das hipóteses de não cumprimento das especificações ou prazos estabelecidos nas obrigações contratuais, a seguir elencadas:

- a) atraso injustificado no cumprimento do objeto deste Instrumento;
- b) paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE no prazo de pelo menos 30 (trinta) dias;
- c) decretação ou a instauração de insolvência civil;
- d) alteração social ou modificação da finalidade e/ou estrutura da CONTRATADA que venha a ocasionar prejuízos na execução do presente Programa;
- e) paralisação da execução do presente contrato, salvo as hipóteses de incidência de caso fortuito ou força maior, devendo estas ser devidamente comprovada como causa impeditiva da execução do mesmo, devendo ainda ser imediatamente comunicada a CONTRATANTE os fatos ensejadores do inadimplemento contratual;
- f) não atendimento das determinações dos técnicos da CONTRATANTE, nas atividades de acompanhamento, supervisão e avaliação;



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

- g) inobservância ou descumprimento de regras, legislação, regulamentação e/ou disposições conexas pertinentes, bem como das normas ou instruções oriundas do Grupo Gestor do Programa Leite Fome Zero – e também, de eventuais alterações que venham a ser introduzidas neste programa e as instruções supervenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO/GESTÃO

A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pela **COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA PECUÁRIA - COAPE** desta **SDA**, através do servidor **MÁRCIO JOSÉ ALVES PEIXOTO**, matrícula nº. 407848-1-6, desde já, designado para este fim pela Administração, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei nº. 8.666/93, doravante denominado simplesmente de **EXECUTOR** ou **GESTOR** deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza para dirimir questões relacionadas à execução deste Contrato, não resolvidas pelos meios administrativos.

11.2. Assim convencionadas e contratadas as partes firmam o presente Instrumento, perante 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para produzir seus legais e esperados efeitos.

Fortaleza, de de 2011.

Secretário do Desenvolvimento
Agrário – SDA.

CONTRATANTE.

Representante Legal da Empresa

CONTRATADA.

TESTEMUNHAS:

NOME:

RG:

NOME:

RG:



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

ANEXO 01 DO CONTRATO – RELAÇÃO DE PRODUTORES



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Desenvolvimento Agrário



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO

NOME DO LATICÍNIO: _____

CGF: _____ **CNPJ:** _____

REPRESENTANTE LATICÍNIO: _____

PERÍODO REFERÊNCIA: ____ A ____ / ____ / ____

RELAÇÃO DOS PRODUTORES

NOME DO PRODUTOR	CPF	DAP	QTD	VALOR NO PERÍODO (R\$)
TOTAL				R\$

A empresa _____ inscrita no CNPJ _____ autoriza o pagamento dos produtores acima relacionados ao mesmo tempo que atesta a veracidade das informações contidas neste documento.

Ass. do proprietário do Laticínio



ANEXO 02 CONTRATO – Requerimento de Solicitação de Pagamento.



REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO

NOME DO LATICÍNIO: _____

CGF: _____ **CNPJ:** _____

REPRESENTANTE LATICÍNIO: _____

PERÍODO REFERÊNCIA: ____ A ____ / ____ / ____

DISCRIMINAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO LEITE POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIO	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	QUANT. (Lts)	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
TOTAL				R\$

NOME DO FAVORECIDO: _____

BANCO: _____ **AGÊNCIA:** _____ **CONTA:** _____

Solicito ao Governo do Estado do Ceará o pagamento do montante acima descrito, ao mesmo tempo em que atesto a veracidade das informações contidas neste documento.

Ass. do proprietário do Laticínio



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Desenvolvimento Agrário

ANEXO 03 CONTRATO – Recibo de Entrega



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Desenvolvimento Agrário



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

RECIBO DE ENTREGA

DATA: ____/____/____

NOME _____ DO _____ COORDENADOR:

MUNICÍPIO: _____

DISTRITO: _____

LOCALIDADE: _____

LATICÍNIO: _____

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	QUANT (Lts)
TOTAL		

ASS. DO COORDENADOR LOCAL

ASS. DO RESPONSÁVEL PELO
LATICÍNIO
CPF: _____

1ª VIA DO LATICÍNIO (Branca)

2ª VIA DO COORDENADOR LOCAL (Amarela)

3ª VIA DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

LOTES	MUNICÍPIOS	LITROS DE LEITE/DIA POR MUNICÍPIO	TOTAL POR LOTE (LITROS DE LEITE)
1	SENADOR SÁ	386	738
	URUOCA	352	
2	BARROQUINHA	359	1.090
	CAMOCIM	438	
	CHAVAL	293	
3	FRECHEIRINHA	227	1.745
	MORAÚJO	212	
	COREAÚ	865	
	ALCÂNTARAS	209	
	MERUOCA	232	
4	GRANJA	1.290	1.669
	MARTINÓPOLE	379	
5	CROATÁ	412	1.615
	CARNAUBAL	350	
	S. BENEDITO	350	
	G. DO NORTE	503	
6	UBAJARA	637	2.228
	IBIAPINA	303	
	TIANGUÁ	388	
	VIÇOCA DO CEARÁ	900	
7	MUCAMBO	289	708
	PACUJÁ	106	
	GRAÇA	313	
8	IPU	425	968
	PIRES FERREIRA	195	
	RERIUTABA	348	
9	HIDROLÂNDIA	396	1.506
	IPUEIRAS	641	
	SANTA QUITÉRIA	469	
10	SOBRAL	4.100	4644
	FORQUILHA	544	
11	CARIRÉ	402	1029
	GROAÍRAS	228	
	VARJOTA	399	
12	MASSAPÉ	1.830	2.526
	SANTANA DO ACARAÚ	696	
13	TRAIRI	1244	1.634
	PARAIPABA	390	
14	MORRINHOS	520	858
	MARCO	338	
15	CRUZ	552	1.305
	BELA CRUZ	425	
	JIJOCA JERICOACOARA	328	



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

16	ACARAÚ	362	1.894
	AMONTADA	955	
	ITAREMA	577	
17	MIRÁIMA	273	1.871
	ITAPIPOCA	1.598	
18	TURURU	301	1.208
	URUBURETAMA	340	
	UMIRIM	567	
19	PENTECOSTE	648	1.124
	SÃO LUIZ DO CURU	476	
20	GENERAL SAMPAIO	168	819
	TEJUCUOCA	274	
	APUIARES	377	
21	IRAUÇUBA	556	875
	ITAPAJE	319	
22	AIUABA	180	851
	ARNEIROZ	188	
	PARAMBU	483	
23	NOVO ORIENTE	953	1.353
	CRATEÚS	400	
24	TAUA	1.004	1.374
	QUITERIANOPOLES	370	
25	INDEPENDÊNCIA	396	1.178
	PEDRA BRANCA	782	
26	IPAPORANGA	180	830
	ARARENDÁ	273	
	PORANGA	377	
27	CATUNDA	253	1.393
	TAMBORIL	533	
	MONS. TABOSA	393	
	NOVA RUSSAS	214	
28	QUIXADÁ	1.195	1.931
	IBARETAMA	394	
	CHORÓ	342	
29	QUIXERAMOBIM	914	1.064
	BANABUIÚ	150	
30	MOMBAÇA	752	1.152
	PIQUET CARNEIRO	400	
31	SEN. POMPEU	805	1.338
	MILHÃ	332	
	DEP. IRAPUAN PINHEIRO	201	
32	CANINDÉ	1.300	2.007
	PARAMOTI	327	
	CARIDADE	380	
33	BOA VIAGEM	1.573	2.579
	MADALENA	358	
	ITATIRA	648	



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

34	OCARA	500	867
	CHOROZINHO	367	
35	CAPISTRANO	339	1389
	ITAPIÚNA	425	
	ARACOIABA	625	
36	GUAIÚBA	386	1.188
	REDENÇÃO	380	
	PACATUBA	422	
37	BARREIRA	469	697
	ACARAPE	228	
38	ITAIÇABA	157	1.028
	FORTIM	291	
	PALHANO	150	
	JAGUARUANA	430	
39	MORADA NOVA	1.441	1.871
	IBICUITINGA	430	
40	JAGUARIBARA	210	916
	JAGUARETAMA	358	
	OLONÓPOLIS	348	
41	ICÓ	1.395	1.831
	ORÓS	436	
42	PEREIRO	325	866
	ERERÉ	148	
	JAGUARIBE	393	
43	ALTO SANTO	346	1.108
	IRACEMA	400	
	T. DO NORTE	147	
	POTIRETAMA	215	
44	UMARI	227	554
	BAIXIO	137	
	IPAUMIRIM	190	
45	BARRO	314	1.060
	AURORA	746	
46	ABAIARA	385	1.523
	MILAGRES	358	
	MAURITI	780	
47	CARIUS	270	752
	JUCAS	267	
	TARRAFAS	215	
48	L. MANGABEIRA	845	1.154
	CEDRO	309	
49	GRANJEIRO	172	1.102
	V. ALEGRE	930	
50	ARARIPE	611	1.894
	CAMPOS SALES	539	
	POTENGI	250	
	SALITRE	494	



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

51	A. DO NORTE	139	1.021
	ASSARÉ	463	
	SABOEIRO	419	
52	CARIRIAÇU	836	4.886
	J. DO NORTE	4.050	
53	MISSAO VELHA	580	1.947
	BARBALHA	900	
	JARDIM	467	
54	JATI	140	1.598
	BREJO SANTO	700	
	PENAFORTE	370	
	PORTEIRAS	388	
55	FARIAS BRITO	494	1.824
	ALTANEIRA	151	
	CRATO	578	
	NOVA OLINDA	373	
	S. DO CARIRI	228	
56	ACOPIARA	965	2.277
	CATARINA	262	
	IGUATÚ	700	
	QUIXELO	350	
57	CAUAIA	1.000	1.600
	SÃO GONÇALO	350	
	PARACURU	250	
58	MARANGUAPE	459	1.009
	PACOTI	300	
	PALMÁCIA	250	
59	GUARAMIRANGA	326	1.051
	BATURITÉ	425	
	MULUNGU	157	
	ARATUBA	143	
60	FORTALEZA	6.000	6.600
	MARACANAÚ	600	
61	EUSÉBIO	350	1.438
	ITAINGA	300	
	AQUIRAZ	408	
	PINDORETAMA	380	
62	ARACATÍ	455	845
	ICAPUÍ	390	
TOTAIS GERAIS		95.000	95.000

Obs.: PARA OS NOVOS MUNICÍPIOS SERÁ NECESSÁRIO A CRIAÇÃO DE NOVAS ROTAS

Obs.: AS COTAS JÁ ESTÃO ATUALIZADAS